

SISTEMA FAEP



BOLETIM

INFORMATIVO

A revista do Sistema

Ano XXIV nº 1304 - 08/06/2015 a 14/06/2015

Tiragem desta edição 25.000 exemplares

PAP 2015/16

UMA SAFRA DE JUROS ALTOS

AFTOSA

Opção
Sustentável

HISTÓRIA

Ruy Barbosa,
o Águia de Haia

SEGURO RURAL

Fala o
produtor

Aos Leitores

O Departamento Técnico e Econômico da FAEP foi rápido no gatilho. Tão logo foi anunciado o Plano Agrícola e Pecuário 2015/16, seus técnicos se debruçaram sobre os detalhes anunciados com pompa, em Brasília. Enquanto o governo buscou exaltar o volume de recursos (R\$ 187 bilhões) tentou-se “amoitar” a questão dos juros do crédito rural nesta safra.

“Os produtores desembolsarão 32,4% a mais em gastos extras com o pagamento de juros. Ou seja, comparando os juros da safra passada com a que está vindo (2015/16), a diferença de gastos pelos produtores alcançará R\$ 1,8 bilhão.” Essa será a pancada causada pela diferença entre os 6,50% da safra passada e os 8,75% anunciados.

A partir da página 3 desta edição está a análise, ponto a ponto, sobre o PAP 2015/16.

Também nesta edição estão as opiniões de representantes do governo do Estado e empresários da agropecuária sobre o reconhecimento internacional do Paraná como área livre da aftosa sem vacinação.

Índice

PAP 2015/16	03
Aftosa	10
História - Ruy Barbosa	14
Pesquisa do feijão	16
SENAR-PR / Café	18
Opinião	19
Seguro Rural	20
Consecana	24
Leitor em Foco / Fundepec	25
Eventos Sindicais	26
Via Rápida	30

Expediente

FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná

Presidente: Agide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Oraldí Caldato, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita | **Diretores Financeiros:** João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santoroza, Lauro Lopes e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes:** Agide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

SENAR-PR | Administração Regional do Estado do PR

Conselho Administrativo | Presidente: Agide Meneguette - FAEP | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR | **Conselho Fiscal:**

Sebastião Olímpio Santoroza, Paulo José Buso Junior e Jairo Correa de Almeida | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

Boletim Informativo | Coordenação de Comunicação Social: Cynthia Calderon | **Editor:** Hélio Teixeira | **Redação e Revisão:** Hemely Cardoso, Katia Santos e André Amorim | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Diogo Figuel | **Ilustração:** Icaro Freitas

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Peça-se citar a fonte.

Fotos da edição 1304: Fernando Santos, Milton Dória, APPA, Arquivo FAEP e Divulgação.

PAP 2015/16

Aumento para 8,75% dos juros do crédito rural custará R\$ 1,8 bilhão aos produtores



No permanente mar revolto de notícias ruins uma boia-salva-vida sempre é bem-vinda. No finalzinho de maio ela surgiu com o anúncio de que o PIB desabara 1,6% em relação ao primeiro trimestre de 2014, e só não foi pior, porque, mais uma vez, a agropecuária crescerá 4,0%, enquanto a indústria e serviços desabavam. Poucos dias depois, no último dia 02, com pompa e circunstância, o governo federal anunciou o Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2015/2016, em Brasília, na busca de manchetes positivas.

Nas redondezas fez o serviço, porque o “Portal Brasil” - que segue (e noticia) todos os passos da presidente da República - publicou que os R\$ 187 bilhões é “o maior volume da história”, mas esqueceu de informar também que os juros são também os maiores da história.

No atual baixo astral nacional produzido pela conjuntu-

ra econômica cevada por inflação, desemprego e contas públicas em pandarecos, separa-se o joio do trigo. Ocorre que o miolo do PAP contém carunchos. Por exemplo, a taxa de juros maior para a safra 2015/16 irá encarecer as operações de crédito e os produtores desembolsarão pagamento extra de juros de R\$ 1,8 bilhão em relação à safra passada. O aumento no montante de recursos para a próxima safra não será suficiente para compensar a alta nos custos de plantio.

Além disso, o câmbio influenciou o aumento nos custos de insumos importados. Os fertilizantes, que chegaram a ter aumento de 30%; o óleo diesel teve aumento de 10,9%; defensivos 5%; mão de obra entre 10% a 12% e a energia elétrica 67,1%, ao passo que a soja (-8%), o milho (-9%) e o trigo (-16,1%) têm acumulado perdas nos preços do mercado interno.



Pedro Loyola e Tânia Moreira, economistas do Departamento Técnico e Econômico - DTE da FAEP destrincharam o também chamado Plano Safra e fizeram as seguintes constatações:

PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO 2015/16

- O governo federal aumentou os juros controlados do crédito rural, que passaram de 6,5% para 8,75%. O anúncio foi realizado durante o lançamento do PAP 2015/16, ocorrido em Brasília, na última terça-feira (02/06). A FAEP defendia a manutenção das taxas de juros e o aumento de recursos com juros controlados.

- Demonstrando que o agronegócio é importante para o país, o governo aumentou em 20% do volume de recursos total destinado à financiar a agricultura de R\$ 156 bilhões para R\$ 187,7 bilhões. Embora boa parte desse aumento seja de recursos com juros livres de mercado para custeio da ordem de R\$ 53 bilhões, que variam de cliente para cliente e podem chegar até a 21%, taxa onerosa demais para a agricultura.

- Para o custeio com juros controlados de 8,75% (empresarial) e de 7,75% no Pronamp (médios produtores), o volume de recursos de R\$ 94,5 bilhões representa aumento nominal de 7,5% em comparação com o período anterior (R\$ 88,9 bilhões). Porém, o valor não cobre o aumento médio estimado de 15% nos custos de produção. Pelos cálculos de aumento dos custos de produção (15%), seriam necessários R\$ 102,2 bilhões em custeio controlado na safra 2015/16 para igualar a programação de recursos da safra passada.

- Entre os principais itens dos custos de produção que tiveram elevação em relação à safra passada, o câmbio influenciou o aumento nos custos de insumos importados, como por exemplo, os fertilizantes, que chegaram a ter aumento de 30%. Já o óleo diesel teve aumento de 10,9%, defensivos 5%, mão de obra entre 10% a 12% e a energia elétrica 67,1%, ao passo que a soja, o milho e o trigo têm acumulado perdas nos preços internacionais e no mercado interno.

A maior preocupação que se coloca é se os produtores terão acesso aos recursos controlados ou se necessitarão financiar uma parte maior da safra com os recursos livres. Recentemente, havia promessa de recursos de pré-custeio aos produtores, mas o principal agente financeiro do crédito rural, de forma inédita, não ofertou os R\$ 7 bilhões prometidos a taxas de 6,5% no pré-custeio, o que aumenta as suspeitas sobre a real disponibilidade desses recursos controlados.



PLANO SAFRA 2015/16

Condições de pagamento dos principais programas

PROGRAMA	Recursos programados	Limite de crédito/beneficiário	Prazo máximo	Carência	Taxa anual de juros
CUSTEIO	R\$ 149,5 bilhões	-	-	-	-
Total custeio e comercialização juros controlados	R\$ 94,5 bilhões	R\$ 1,2 milhão	2 anos	Não tem	8,75%
Pronamp	R\$ 13,6 bilhões	R\$ 710 mil	2 anos	Não tem	7,75%
Custeio a juros livres	R\$ 53,0 bilhões	-	-	-	-
INVESTIMENTO					
Investimentos (programas do BNDES)	R\$ 33,3 bilhões	-	-	-	7,0%-8,75%
Moderfrota/PSI Rural (até R\$ 90 milhões RBA)	R\$ 10 bilhões	Não tem	8 anos	3 anos	7,0%/7,5%
Moderfrota/PSI Rural (acima de R\$ 90 milhões RBA)	R\$ 10 bilhões	Não tem	8 anos	3 anos	9,0%/9,5%
Pronamp	R\$ 5,3 bilhões	R\$ 385 mil	12 anos	2 anos	7,50%
Moderinfra (agricultura irrigada)	R\$ 290 milhões	R\$ 2 milhões	12 anos	3 anos	7,5% - 8,75%
ABC	R\$ 3,0 bilhões	R\$ 2 milhões	5-12 anos	2 a 8 anos	7,50% - 8,00%
ABC florestas plantadas grande produtor	-	R\$ 5 milhões	12 anos	8 anos	8,75%
ABC florestas plantadas médio produtor	-	R\$ 3 milhões	12 anos	8 anos	7,75%
Inovagro	R\$ 1,4 bilhão	R\$ 1 milhão	10 anos	3 anos	7,50%
PCA armazéns	R\$ 2,0 bilhões	Não tem	15 anos	3 anos	7,50%
PSI cerealistas	R\$ 400 milhões	Não tem	15 anos	3 anos	9,00% -10,0%
Moderagro	R\$ 400 milhões	R\$ 800 mil	10 anos	3 anos	8,75%
Prodecoop	R\$ 1,60 milhões	R\$ 100 milhões	12 anos	3 anos	8,75%
Procap-Agro (integralização de cotas partes)	R\$ 340 milhões	R\$ 50 milhões	6 anos	2 anos	7,50%
Procap-Agro (capital de giro)	R\$ 1,65 bilhões	Até R\$ 20 a R\$ 60 milhões	2 anos	6 meses	8,00%
ProRenova (rural e industrial)	R\$ 1,5 bilhões	Não tem	6 anos	18 meses	TJLP + 2,7%

Fonte: MAPA – Elaboração: DTE/FAEP – Obs: valor dos limites de crédito será normatizado pelo BNDES.

- (1) Limite para plantio comercial de florestas: R\$ 3 milhões / beneficiário
- (2) Produtores rurais com renda bruta anual até R\$ 1,6 milhões
- (3) Produtores rurais com renda bruta anual acima de R\$ 1,6 milhões
- (4) Produtores rurais com renda bruta anual até R\$ 90 milhões
- (5) Produtores com renda bruta acima de R\$ 90 milhões

CONDIÇÕES DAS PRINCIPAIS LINHAS DE CRÉDITO RURAL

- Na safra passada, até abril de 2015, em torno de R\$ 20 bilhões foram utilizados em recursos livres de mercado. Caso o “mix”

de recursos se intensifique na nova safra 2015/16, o custo médio do produtor pode passar dos 8,75% para algo como 14%, incompatível com o custo de produção para a grande maioria das atividades, considerando que os preços recebidos pelos produtores têm sido menor em 2015 quando comparado com o ano passado.

TAXA DE JUROS (% AO ANO)

LINHA DE FINANCIAMENTO	2014/15	2015/16
Custeio	6,50%	8,75%
Pronamp custeio	5,50%	7,75%
Pronamp investimento	5,50%	7,50%
ABC	4,5 % - 5,0%	7,50 - 8,00%
PCA	4,0%	7,50%
Moderfrota (até R\$ 90 milhões)	4,5%	7,00%
Moderfrota (acima de R\$ 90 milhões)	6,0%	9,00%
PSI (até R\$ 90 milhões)	7,0%	7,50%
PSI (acima de R\$ 90 milhões)	9,0%	9,50%
Inovagro	4,0%	7,50%
Moderagro	6,5%	8,75%
Moderinfra (agricultura irrigada)	4,0%	7,50 - 8,75%
ProRenova (rural e industrial)	TJLP + 2,7%	TJLP + 2,7%
Procap - Agro (capital de giro)	7,5%	8,00%
Proacp - Agro (cotas parte)	6,5%	7,50%
Prodecoop	6,5%	8,75%

Fonte: MAPA – Elaboração: DTE/FAEP



• ANÁLISE DAS LINHAS DE INVESTIMENTO COM RECURSOS DO BNDES

De modo geral as principais linhas de investimento dos programas do BNDES passaram por uma redução dos recursos programados apesar do aumento anunciado nos recursos totais para estas linhas de R\$ 33,3 bilhões em relação aos R\$ 27,5 bilhões da safra passada.

Linhas como o PCA e Inovagro tiveram cortes de recursos e aumento da taxa de juros em até 3,5 pontos percentuais.

• PRONAMP INVESTIMENTO

O volume total de recursos para o investimento passou de R\$ 6,34 bilhões para R\$ 5,3 bilhões, ou seja, houve uma redução de 19%.

O limite de crédito por beneficiário foi mantido sem alteração em R\$ 385 mil por produtor. A taxa de juros passou de 5,5% para 7,5% ao ano, mantido o prazo de 8 anos com até 3 anos de carência.

• INOVAGRO

O volume total de recursos foi reduzido de R\$ 1,7 para R\$ 1,4 bilhão com a taxa de juros subindo de 4,0% para 7,50% ao ano.

• PCA

O volume total de recursos passou de R\$ 3,5 bilhões para R\$ 2 bilhões, com juros subindo de 4,0% para 7,5% ao ano.

• ABC

O volume total de recursos reduziu de R\$ 4,5 para R\$ 3,0 bilhões, com aumento de 3% nas taxas de juros. Ainda assim o volume de recursos para implantação de florestas comerciais foi ampliado de R\$ 3 milhões para R\$ 5 milhões no caso de produtores rurais com renda bruta anual acima de R\$ 90 milhões.

• MODERFROTA E PSI RURAL

Na safra 2014/15 somando as linhas MODERFROTA e PSI Rural o recurso programado era de R\$ 8 bilhões, que foi ampliado para R\$ 10 bilhões na safra 2015/16.

O MODERFROTA, que até março de 2015, operava com taxa de 4,5%, sendo lançado para substituir o PSI vigorará agora com taxa de 7,0% para produtores com renda bruta anual de até R\$ 90 milhões e de 9,0% para produtores com renda bruta anual acima de R\$ 90 milhões.

O PSI Rural, que até dezembro de 2014, vigorava com taxa de 4,5%, passou de 7,5% para até 9,5% dependendo da renda bruta anual. Houve aumento de 0,5% em cada patamar de juros do PSI Rural em relação ao já corrigido em janeiro de 2015.

• MODERAGRO

O volume total de recursos do programa foi reduzido de R\$ 550 milhões para R\$ 400 milhões, com aumento da taxa de juros de 6,5% ao ano para 8,75% ao ano.

• PRORENOVA

O volume de recursos do programa foi reduzido de R\$ 3 bilhões para R\$ 1,5 bilhão com taxa de juros mantida em TJLP + 2,7%.

• PRONAMP CUSTEIO

O volume total de recursos para o custeio passou de R\$ 10 para R\$ 13,6 bilhões. O limite de crédito passou de R\$ 660 para R\$ 710 mil, com aumento de 7,5%. A taxa de juros subiu de 5,5% para 7,75% ao ano, mantendo-se as demais condições de prazo de carência.

• IMPACTOS NA VENDA DE INSUMOS E MÁQUINAS AGRÍCOLAS

De janeiro a abril de 2015 as vendas internas de máquinas agrícolas no Brasil totalizaram 16.154 unidades, o que representou 22,9% a menos que as vendas realizadas de janeiro a abril do ano passado (20.958 unidades). Este foi o pior quadrimestre considerando os últimos sete anos da série histórica, a partir de dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

A Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) estima uma redução de 20% nas vendas de máquinas agrícolas no ano de 2015, conforme publicado no jornal Valor Econômico. Para a Associação, o desempenho do segmento dependerá das condições do PAP 2015/16, tendo sido solicitado uma oferta de R\$ 13 bilhões para financiamento de máquinas

agrícolas. O aumento de juros aliado à redução de volume de recursos para financiamento de máquinas, armazéns e equipamentos poderá piorar ainda mais esse cenário negativo inicialmente previsto.

Segundo dados da Associação Nacional para Difusão de Adubos (ANDA), a quantidade de fertilizantes entregues ao consumidor final reduziu 8,7% de janeiro a abril comparando ao ano de 2014. No mês de abril as entregas foram 20,9% menores que em abril de 2014, reflexo da alta do câmbio e da falta de recursos para o pré-custeio, cenário que pode ser agravado por um quadro de piores condições de crédito para a nova safra.

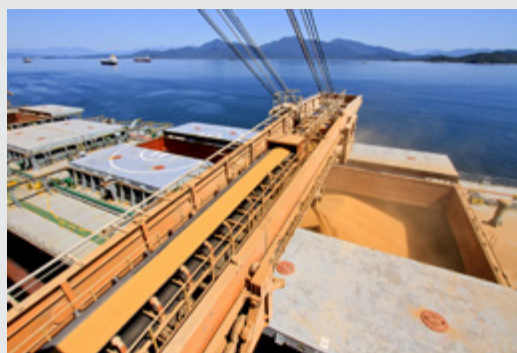
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS

Apesar de o governo prever R\$ 5 bilhões para apoio à comercialização, a efetividade dessa política não tem ocorrido no momento adequado e nas quantidades necessárias, a exemplo do que ocorreu com o feijão na safra passada. Além disso, os preços mínimos não refletem o custo de produção.

ANÁLISE DO SEGURO RURAL

Em 2015 o governo reduziu em 47,4% o orçamento de recursos para o Programa de Subvenção ao Seguro Rural (PSR). Em 2014 foram liberados R\$ 700 milhões para o programa, dos quais o governo não pagou R\$ 690 milhões, Em 2015 apesar do orçamento disponibilizado de R\$ 668 milhões. R\$ 300 milhões

serão utilizados para quitar parte das apólices do ano passado, restando apenas R\$ 368 milhões para aplicar no ano de 2015. Essa redução no orçamento comprometerá a área coberta com seguro, comprometendo o desenvolvimento do mercado de seguro rural no país.



Se não fosse o agronegócio...

A balança comercial brasileira teve fechamento positivo no mês de maio em US\$ 2,76 bilhões, ficando com resultado acumulado nos primeiros cinco meses do ano em US\$ 2,30 bilhões negativos. Enquanto isso, as exportações de soja em grão foram recordes, rendendo uma receita de US\$ 3,6 bilhões crescendo 42,5% em relação ao mês anterior, ainda que os preços desta commodity tenham sido menores neste ano.

Ano	Importância Segurada (R\$)	Área segurada (hectares)	Apólices (Unidades)	Número Produtores	Prêmio de seguro (R\$)	Subvenção (R\$)
2005	126.637.756	68.148	849	849	8.684.371	2.314.919
2006	2.869.325.774	1.560.349	21.779	16.653	71.119.010	31.121.861
2007	2.706.036.105	2.276.245	31.637	27.846	127.741.170	60.961.993
2008	7.209.176.951	4.762.902	60.120	43.642	324.744.319	157.544.956
2009	9.684.244.863	6.669.296	72.737	56.306	477.785.800	259.610.965
2010	6.541.634.782	4.787.641	52.880	38.211	368.169.101	198.277.600
2011	7.339.468.652	5.582.137	57.885	40.109	466.393.330	253.451.980
2012	8.782.214.959	5.243.272	63.328	43.538	571.375.578	318.167.934
2013	16.843.679.547	9.603.429	101.850	65.556	1.001.347.383	557.852.228
2014*	20.000.000.000	12.000.000	125.000	80.000	1.250.000.000	700.000.000
2015*	9.600.000.000	6.500.000	65.000	42.000	650.000.000	368.000.000

* Valores estimados para 2014 e 2015 com base nos recursos de subvenção ao programa de seguro rural

Fonte: Mapa/DTE-FAEP - Elaboração: DTE/FAEP.

COMPARAÇÃO PAP 2015/16 EM RELAÇÃO AO PAP 2014/15



Recursos Totais

R\$ 156 bilhões para R\$ 187,7 bilhões
Aumento 20% do volume



Juros

6,5% para 8,75% = R\$ 1,8 bilhão
de gastos extras para os produtores



Custeio

Recursos - R\$ 88,9 bilhões para R\$ 94,5 bilhões
Aumento 7,5%



Juros

8,75% (empresarial)
7,75% no Pronamp (médios produtores)



Custos de produção

Aumento de 15%

Fertilizantes	30%
Óleo diesel	10,9%
Defensivos	5%
Mão de obra	10% a 12%
Energia elétrica	67,1%



Valor necessário

R\$ 102,2 bilhões para atingir
recursos da safra passada.



Recursos BNDES

R\$ 27,5 bilhões para R\$ 33,3 bilhões

• PCA e Inovagro - cortes de recursos

Aumento da taxa de juros em até 3,5 pontos percentuais

• PRONAMP INVESTIMENTO

Recursos R\$ 6,34 bilhões para R\$ 5,3 bilhões

Redução de 19%

Taxa de juros de 5,5% para 7,5% ao ano

• INOVAGRO

Recursos de R\$ 1,7 para R\$ 1,4 bilhão

Taxa de juros de 4,0% para 7,50% ao ano

• PCA

Recursos de R\$ 3,5 bilhões para R\$ 2 bilhões

Juros de 4,0% para 7,5% ao ano

• ABC

Recursos R\$ 4,5 para R\$ 3,0 bilhões

Aumento de 3% nas taxas de juros

• MODERFROTA E PSI RURAL

De R\$ 8 bilhões para R\$ 10 bilhões

Juros de 4,5 para 7,0%

(deixaria somente o 7%, pois esse aumento
já aconteceu faz uns meses)

Renda bruta anual de até R\$ 90 milhões

Juros de 9,0%

Renda bruta anual acima de R\$ 90 milhões

• MODERAGRO

R\$ 550 milhões para R\$ 400 milhões

Taxa de juros de 6,5% ao ano para 8,75% ao ano

• PRORENOVA

R\$ 3 bilhões para R\$ 1,5 bilhão

Taxa de juros mantida em TJLP + 2,7%

• PRONAMP CUSTEIO

R\$ 10 para R\$ 13,6 bilhões

O limite de crédito passou de R\$ 660 para R\$ 710 mil

Juros 5,5% para 7,75% ao ano

• SEGURO RURAL

R\$ 700 milhões para R\$ 368 milhões

Recursos - Redução 47,4%

Livre de aftosa sem vacinação

Prossegue a agenda para obter liberação da OIE



O reconhecimento internacional do Paraná como área livre de aftosa sem vacinação terá vários significados. Econômico, porque é o trampolim de investimentos estimados em mais de R\$ 1,35 bilhão em frigoríficos de aves, suínos e bovinos; multiplicador de renda porque proporciona abertura de novos mercados e por consequência valoriza a matéria-prima dos produtores; estabelecendo padrões de qualidade ao produtor, e valorização da imagem do Paraná como um celeiro de produção segura de proteína animal.

Em abril passado, Antônio Poloni, assessor da presidência da FAEP e incansável batalhador pela sanidade na agropecuária paranaense afirmava (BI 1297): “A filosofia é enxergar a sanidade animal e vegetal como um ativo, entender que é um valor que se soma ao ambientalmente correto e à segurança alimentar, fatores valorizados num mercado competitivo como o da proteína animal”.

Perseguindo esse objetivo, o governo do Paraná, a Adapar/Seab, com apoio da FAEP, Ocepar e outras entidades estabeleceram

uma agenda para o triênio 2015/2016/2017. Inicialmente o tema foi exposto no Conselho Estadual de Sanidade (Conesa) e em seguida em duas audiências públicas na Assembleia Legislativa com representantes de todos os segmentos dessas atividades.

No último dia 1º, mal havia encerrado a segunda audiência pública, chegava ao Diário Oficial do Estado para publicação o texto do Decreto nº 1535, do governador do Estado. Nele estava a nomeação de 169 médicos-veterinários, agrônomos e técnicos para a Adapar, com as funções de fiscais de defesa agropecuária. Paralelamente, com o apoio privado, estavam sendo finalizadas as estruturas de 23 novos postos de fronteira ou barreiras sanitárias com o Mato Grosso do Sul e São Paulo.

O Ministério da Agricultura e Abastecimento (Mapa) já informou oficialmente que o Paraná tem plenas condições de atingir um novo e mais vantajoso status sanitário, mediante a adoção das medidas corretivas com o padrão sanitário internacional.

É isso que vem sendo feito e tem prosseguimento.

- Em julho, por exemplo, haverá a solicitação de auditoria e autorização pelo governo do Estado, para a suspensão de vacinação junto ao MAPA.
- Em agosto e setembro ocorre a auditoria do MAPA;
- Em novembro, se aprovada a auditoria, será suspensa a vacinação contra a aftosa.

No primeiro semestre do ano que vem, ocorrerá o inquérito sorológico no gado paranaense para a verificação da não circulação viral. Constatada a não circulação viral até setembro haverá o encaminhamento pelo MAPA para a Organização Internacional de Sanidade (OIE) da solicitação de reconhecimento do Paraná como zona livre sem vacinação. No final de 2016, haverá a análise da solicitação pelo Comitê Científico da OIE.

Em maio de 2017, cumpridos esses procedimentos, durante a Assembleia Geral da OIE poderá ocorrer a LIBERAÇÃO DO PARANÁ como zona livre da febre aftosa sem vacinação.

A opinião de quem conhece

Na manhã do último dia 1º a proposta de suspensão da vacinação contra a febre aftosa nos rebanhos bovino e de búfalos do Paraná reuniu representantes de instituições públicas e privadas na Assembleia Legislativa. Todos têm consciência de que sanidade e qualidade são sinônimos de abertura de mercados ávidos por proteína animal, onde o Paraná desponta como um dos líderes nessa produção.

Atualmente o Paraná é o primeiro Estado produtor de aves, o terceiro de suínos e nono produtor de bovinos, que no ano passado geraram receitas de US\$ 2,36 bilhões, US\$ 132 milhões e US\$ 110 milhões, respectivamente.

Veja o resumo das avaliações feitas durante o encontro:

Ortigara: “Sem recuo”

“Recuar agora significa prejuízos irreversíveis à frente e novo processo de reconhecimento internacional vai protelar os inúmeros benefícios para o Estado, como a consolidação de vários investimentos da iniciativa privada. Há preocupação por parte de algumas sociedades rurais e de parte do Sindicato da Indústria de Carnes (Sindicarnes) em relação ao fechamento de fronteiras. O problema se restringe a administrar as exceções que vão permitir o trânsito de cargas com animais e produtos, disse o secretário.

Só as cooperativas planejam desembolsar investimentos da ordem de R\$ 1,35 bilhão, sendo R\$ 700 milhões em frigoríficos de abate de suínos, R\$ 500 milhões em frigoríficos de abate de aves e R\$ 150 milhões na área de bovinos de corte e leite”.

Norberto Ortigara, Secretário da Agricultura e do Abastecimento.



Kroetz (Adapar): “Estrategicamente oportuno”

“A erradicação da febre aftosa é um dos programas desenvolvidos pela Adapar que tem uma função importante na área sanitária. O pleito hoje é tecnicamente viável e estrategicamente oportuno, bem como é politicamente sustentável.

Outros postos de fiscalização existentes serão adequados e reforçadas as fiscalizações volantes que monitoram o trânsito de animais e produtos de origem animal em todo Estado, para saber se estão de acordo com a legislação.

O Plano Nacional de Erradicação da Febre Aftosa no país prevê o fechamento das fronteiras do Paraná com Mato Grosso do Sul, São Paulo e outros Estados considerados área livre de febre aftosa com vacinação. Não poderá haver entrada de animais vindos de outros Estados, operação que terá controle da Agência de Defesa Agropecuária (Adapar). Haverá exceções que serão discutidas”.

Inácio Kroetz, diretor-presidente da Adapar.



Dariva (APS): “Abertura de mercados”

“A suspensão das campanhas de vacinação contra febre aftosa no Paraná é uma tendência mundial, justamente porque a medida permite acesso a novos mercados e com maior valor agregado. A medida favorecerá o acesso a novos mercados no exterior, como já ocorre com o vizinho Estado catarinense, que não vacina há oito anos e contabiliza benefícios na exportação da carne suína e seus derivados. O Paraná está proibido de acessar cerca de 70% dos países compradores de carne suína, como o Japão, China, Coreia do Sul, México e Indonésia, observou. Esses mercados atualmente acessados praticam preços bem inferiores, ou seja, são mercados secundários”.

Jacir José Dariva, presidente da Associação Paranaense dos Suinocultores (APS).



Sgarioni (SRP): “Pode nos prejudicar”

“Não somos autossuficientes na produção de carne bovina e limitar fronteiras não é o ideal neste mundo globalizado em que vivemos. Essa ação não vai beneficiar todos os segmentos da nossa cadeia produtiva. Pode ser interessante para os suinocultores, abrindo o mercados para eles, mas pode nos prejudicar consideravelmente. Essa decisão não pode trazer prejuízos a nenhum segmento. Inclusive, com a escassez de produtos, pode acontecer de cada vez mais entrar carne bovina desossada no Estado, prejudicando os pecuaristas”.

Moacir Sgarioni, presidente da Sociedade Rural do Paraná.





Vanzella (Frimesa): “Mais renda e empregos”

“A Frimesa tem projetado construir um abatedouro com capacidade de abate de 14 mil suínos por dia. Isso representa mais do que o dobro da capacidade atual do frigorífico que abate 6,5 mil suínos por dia. Esse projeto está atrelado à conquista desse novo status sanitário. A empresa não consegue acessar 70% do mercado mundial de suínos, em países que valorizam mais esse tipo de produto, porque o Paraná não tem o reconhecimento internacional de área livre de febre aftosa sem vacinação. a questão sanitária é, e será cada vez mais, um diferencial para os exportadores. Essa conquista vai contribuir para elevar a renda e o emprego no campo e em toda sua cadeia produtiva”.

Diretor Presidente da Frimesa, Valter Vanzella.

Jorge Madeira Nogueira (UNB): Custos/Benefícios

Recomendada pela OIE, o economista, PhD pela Cornell University (EUA) e professor da Universidade de Brasília, Jorge Madeira Nogueira, fez a Análise dos Custos/Benefícios Econômicos resultantes no Paraná como área livre de aftosa sem vacinação. Os benefícios, segundo ele, superam os custos em 2018 e até 2030 resultaria em dividendos de R\$ 5,5 bilhões.



“Nós temos o Fundepec, que é uma espécie de “seguro garantidor”, porque seus recursos (R\$ 56 milhões) podem servir para a indenização a produtores rurais paranaenses, referentes a animais sacrificados, pela eventual necessidade de erradicar ou controlar quaisquer e eventuais reintroduções de Aftosa no Estado”.

Ronei Volpi, diretor do Fundepec.



O Águia de Haia

***“O político planta couve para o alimento de amanhã.
O estadista planta o carvalho para o abrigo do futuro”***

Ruy Barbosa, um plantador de carvalhos



Um júri de grandes nomes da vida brasileira ouvidos pela revista *Época* elegeram Ruy Barbosa como o maior brasileiro da História. Os cientistas políticos o classificam como um construtor institucional. Com sua inteligência invulgar, mostrou à classe média urbana que o conhecimento também era uma forma de ascensão social. Defensor intransigente das instituições liberais, Ruy guiou os primeiros passos do Brasil rumo à modernidade.

“Ele tinha pressa em ver o desenvolvimento do país”, afirmou o economista Gustavo Franco, ex-presidente do Banco Central.

A primeira Constituição republicana do Brasil (1891) foi praticamente um livro de sua autoria. Ele a redigiu, com todas as suas minúcias, em menos de 30 dias. Em 1916, o jurista Clóvis Bevilacqua apresentou o projeto do Código Civil Brasileiro ao Congresso, Ruy criou mais de 1.800 emendas. Reescreveu a obra inteira. Sua corajosa e incansável oposição a Floriano Peixoto, militar cujas tendências autoritárias Ruy não perdia a oportu-

nidade de condenar, acabou lhe custando uma temporada de exílio, em Londres.

Ele terminou conhecido, nas cartilhas escolares, como o Águia de Haia, alusão a suas intervenções na Segunda Conferência de Paz, de 1907. A conferência, foi sua apoteose. Poliglota, dispensou intérpretes. Orientado pelo Barão do Rio Branco, ministro das Relações Exteriores, defendeu o princípio da igualdade entre as nações e voltou ao Brasil consagrado.

Ruy Barbosa nasceu em Salvador em 1849, e seu pai, o médico baiano João José Barbosa de Oliveira o obrigava a discursar em pé, ainda criança, trepado numa velha mala. Ruy trouxe dessa época o hábito de manter a mão esquerda atrás do corpo e de gesticular apenas com a direita. Fez seus estudos básicos em Salvador e, aos 17 anos, seguiu para o Recife, onde iniciou o curso de Direito. Terminou a faculdade em São Paulo, no Largo de São Francisco, grande centro irradiador de ideias da época.

Aos 23 anos, começou a trabalhar como advogado em Salvador. Casou-se em 1876, aos 27, com Maria Augusta Viana Bandeira, a dona Cota, mãe de seus cinco filhos. Ficaria ao lado dela até o fim da vida. Em 1879, foi eleito deputado na Assembleia da Corte e se mudou para o Rio de Janeiro. Ruy media 1,57 metro de altura e pesava 48 quilos.

Ruy Barbosa ostentava traços vitais a um estadista. Em mais de meio século de vida pública, Ruy liderou campanhas pelo abolicionismo, federalismo, pela separação entre Igreja e Estado, anistias e, principalmente, pela criação de instituições sólidas para a nascente democracia representativa brasileira. “Ruy é uma grande central telefônica a que vão dar todos os fios”, definiu o escritor Monteiro Lobato.

Quatro vezes candidato à presidência

Monarquista liberal à moda inglesa, Ruy Barbosa só aderiu à República no último instante. Após a Proclamação de 1889, foi ministro da Fazenda do Gabinete Provisório. Candidatou-se quatro vezes à presidência da República, mas jamais venceu. Na disputa presidencial contra o Marechal Hermes da Fonseca, em 1910, conhecida como Campanha Civilista, combateu o militarismo e alastrou a consciência civil por todo o país. A farda ganhou as eleições, mas a toga ficou com a fama.

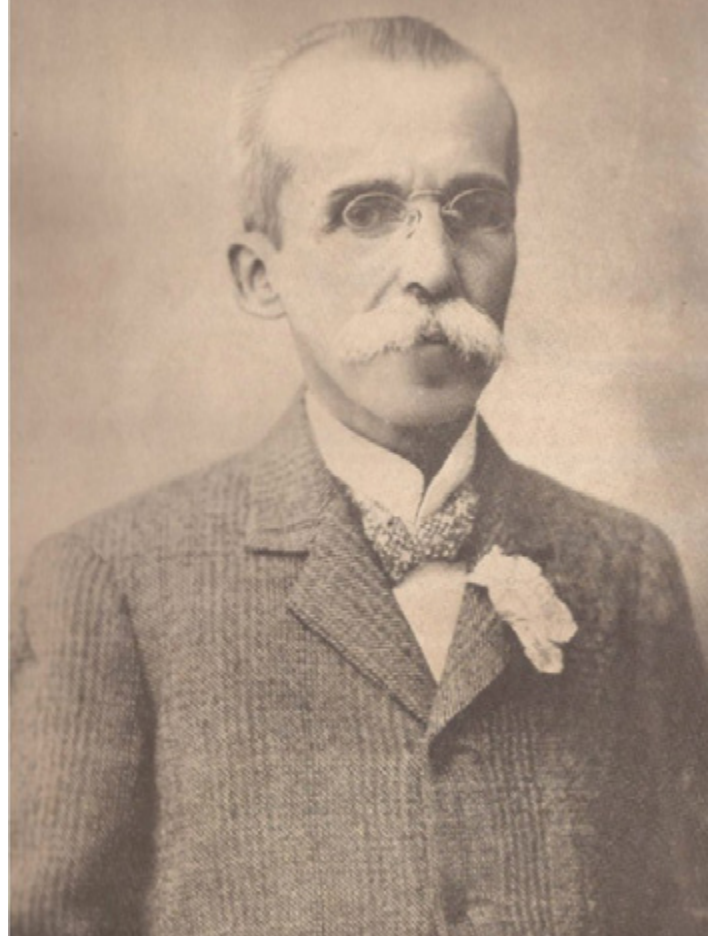
Foi um visionário. Destacou-se, e muito, como um tribuno eloquente e detalhista. E consagrou-se como um sacerdote incondicional da ordem.

Ruy Barbosa era de uma curiosidade ilimitada. Sempre que fazia um discurso, estudava o tema a fundo. Para saudar o sanitarista Osvaldo Cruz, encomendou um pacote de livros sobre zoonoses e medicina. Seu perfeccionismo chegava às vezes ao virtuosismo. Certa vez, para não citar a palavra “prostituta” em um discurso, recorreu a 38 sinônimos do vocábulo.

Ministro da Fazenda do Governo Provisório ordenou a queima de todos os documentos e registros públicos referentes à escravidão, principal mácula e mais obscuro episódio de sua carreira. “Ele fez isso premido pelas circunstâncias”, diz o historiador José Almino, presidente da Fundação Casa Rui Barbosa. “Havia um clima de ‘reescravidão’ no ar, fazendeiros pleiteavam indenizações.” Ruy teria, então, liberado a fogueira. Sua justificativa para o gesto é de uma lógica cortante: “Quem tem de ser indenizado é o escravo, e não o senhor”.

Como muitos homens públicos de seu tempo, Ruy fazia discursos que duravam horas. Os críticos, incomodados por seu estilo prolixo, chamavam-no de “Doutor Verbosa”.

Sua mulher, Dona Cota, era, provavelmente, a única pessoa física à qual Ruy se submetia incondicionalmente. Muitos senadores recorriam a ela para demover seu marido de certas posições. Em 1923, quando o corpo franzino de Ruy foi sepultado no cemitério carioca de São João Batista, com honras de chefe de Estado, ela recolheu-se. Ruy morreu aos 73 anos de um tipo de paralisia cerebral (bulbar). Na manhã seguinte, jornais lamentavam a partida do “maior dos brasileiros”.



A frase mais famosa:

“De tanto ver triunfar as nulidades; de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça. De tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar-se da virtude, a rir-se da honra e a ter vergonha de ser honesto”

E mais:

“O poder não é um antro, é um tablado. Para a nação não há segredos; na sua administração não se toleram escaninhos”

“Não se deixem enganar pelos cabelos brancos, pois os canalhas também envelhecem

“As leis são um freio para os crimes públicos - a religião para os crimes secretos”

“A diferença entre o inteligente e o sábio, é que o sábio pensa a longo prazo”

Feijão: sementes resistentes e produtivas

Os avanços das pesquisas sobre sementes e novas variedades



O Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e o Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar) formam o trinômio que é referência em pesquisa do país na área de feijão. O engenheiro-agrônomo e pesquisador/doutor do IAC, Alisson Fernando Chiorato é um dos participantes do o Fórum Brasileiro do Feijão 2015 (Foz do Iguaçu – 24 a 26 deste mês). Ele explica a existência de duas linhas de pesquisa de novas cultivares: uma voltada para as variedades carioca (80% do mercado interno) e preto, e outra, denominada

feijões especiais, entre eles rajados, vermelhos e brancos.

As pesquisas do IAC focadas nas novas variedades de feijões rajados começaram em 2008. Através de parcerias com outras instituições, o instituto recebeu amostras do exterior para o início dos trabalhos. Os primeiros experimentos apresentaram deficiência na formação da vagem, causa de grande perda de grãos. Outro problema detectado pelo pesquisador foi o formato dos grãos do feijão vermelho, que não era 'reniforme' (formato que imita a dos rins humanos) o que agrada aos consumidores do exterior.

“Cinco empresas que produzem sementes em Pato Branco, Sudoeste do Paraná, já estão reproduzindo a variedade IAC Milênio”, afirma Chiorato.

Com a evolução dos experimentos, o IAC chegou as primeiras cultivares que acabaram sendo sintetizadas em duas variedades: a IAC Harmonia e a IAC Boreal. Elas possuem como características principais grãos maiores, arredondados e com uma massa para cada mil sementes de aproximadamente 500 gramas. Tudo para atender as exigências dos consumidores dos países importadores.

Em continuidade com as pesquisas, outras 15 linhagens foram desenvolvidas, possuindo grãos tipo Cramberry. Este tipo de feijão é melhor para exportação. Essas 15 linhagens foram avaliadas por empresas produtoras de sementes em Pato Branco, região Sudoeste do Paraná. Desse total cinco foram testadas e duas serão reproduzidas. O pesquisador acredita que a partir de meados de 2016, os produtores paranaenses terão à sua disposição sementes certificadas em quantidade para o plantio.

Em relação ao feijão carioca o IAC lançou em 2013 as cultivares IAC Imperador e IAC Milênio. “A Imperador se adaptou muito bem em todo o Paraná e com mais expressão no Sudoeste paranaense, que é uma grande região produtora”, comenta.

Essa variedade, segundo o pesquisador, é precoce com ciclo rápido de 75 a 80 dias contra 95 a 100 dias das de ciclo normal – é rústica e resistente a antracnose, que é a principal doença que afeta a fase inicial de formação das vagens e, dependendo das condições, pode causar até a perda total da lavoura. Apresenta bons índices de produtividade cerca de 50 sacas por hectare, se adapta bem ao clima frio e quente e ainda exige menos água para o desenvolvimento da planta.

Já a variedade “Milênio” tem como características: o ciclo normal; também é resistente a antracnose; possui sistema radicular profundo o que é recomendado para culturas de sequeiro (não irrigado), e apresenta porte ereto de planta, facilitando a colheita mecânica. No Paraná essa semente apresentou índices de produtividade de 67 sacas por hectare em condições de sequeiro. Segundo Chiorato, no Brasil 15 empresas estão produzindo sementes certificadas e dessas, dez estão no Paraná.

**74% dos homens consomem
Feijão pelo menos cinco
vezes por semana e entre as
mulheres o percentual é de 68%
- Fonte IbraF**



Feijão nas escolas

Durante o Fórum Brasileiro do Feijão os participantes conhecerão mais detalhes da campanha que será lançada em 2016 sobre o valor nutricional do feijão. Indústrias e empacotadoras em parceria com o Ibrafe trabalham no Projeto Mais Feijão uma campanha dirigida às escolas com crianças de sete a oito anos como público alvo.

“A ideia é trabalhar, de forma lúdica, com as crianças a importância nutricional de consumir diferentes tipos de feijões e evitar a diminuição do consumo do produto na adolescência”, argumenta o presidente do Ibrafe, Marcelo Eduardo Lüders.

Pesquisas do Ibrafe mostram que de zero a oito anos, 72% das crianças consomem feijão pelo menos cinco vezes por semana. Na faixa etária de 12 a 18 anos o percentual cai para 58%. Segundo Lüders, por falta de informação surgiu o mito que o consumo de feijão está ligado a questões de obesidade. Isso também se confirma quando a pesquisa se volta para a comparação de hábitos de consumo entre homens e mulheres: 74% dos homens consomem feijão pelo menos cinco vezes por semana e entre as mulheres o percentual é de 68%.

“Equivocadamente o público feminino conectou a ideia de consumo de feijão com obesidade. Nossa intenção é exatamente trabalhar as crianças diretamente e as mães de forma indireta esclarecendo essas questões nutricionais”, completa.

Reduzindo as perdas

SENAR-PR: novas capacitações na cultura de café



Pela primeira vez o SENAR-PR, em parceria com o SENAR-MG, promoveu no mês passado duas modalidades de capacitações na área de cafeicultura em Jacarezinho e Carlópolis. Entre os dias 11 de 15 de maio, sob o comando do professor Luiz Carlos de Carvalho, da Universidade Federal de Lavras (UFLA), um grupo de 11 funcionários da Fazenda Califórnia, a cinco quilômetros de Jacarezinho, participou do curso Trabalhador na Operação e Manutenção de Colhedora de Café – Tipo Arrasto. Ao longo de cinco dias, a turma aprendeu todos os aspectos técnicos sobre a máquina (puxada por um trator), do modelo da Jacto KTR Advance, assim como aplicou todos os conhecimentos na prática.

Segundo o técnico do SENAR-PR, o engenheiro-agrônomo Reversion Camargo, uma das maiores dificuldades dos produtores ocorre na hora de regular a colhedora durante a colheita. De acordo com ele, o grupo de funcionários constatou que devido à regulação inadequada as perdas de grãos de café eram de 18%. “Ao longo do curso esse valor caiu para 3%”, observou.

Na avaliação do engenheiro-agrônomo Luiz Roberto Saldanha Rodrigues, proprietário da Fazenda Califórnia, a capacitação é mais um resultado positivo da parceria com o Sindicato Rural de

Jacarezinho e SENAR-PR, que soma 11 anos. “Perdi a conta de quantos treinamentos foram realizados na fazenda durante esse período. O SENAR-PR oferece cursos com bom conteúdo e que fazem uma grande diferença no nosso dia a dia”, observou ele. A propriedade soma 1.467 hectares, sendo que a área destinada à cultura de café é de 189 hectares, com uma produção de 10 mil sacas por ano.

Carlópolis

No período de 18 a 22 de maio, um grupo de 10 produtores da região participou do curso Trabalhador na Operação de Manutenção de Colhedora Automotriz, em Carlópolis, região Norte do Paraná. Assim como ocorreu na Fazenda Califórnia, as aulas foram ministradas pelo professor Luiz Carlos de Carvalho e a turma aprendeu a regular a máquina.

Afinal, o que quer o governo Federal com o seguro rural?

Por *Pedro Loyola

Em 2005, o governo federal acertou ao criar o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), que fomenta o desenvolvimento do mercado de seguro rural, permitindo aos produtores contratar a apólice junto às companhias seguradoras com custo menor.

A subvenção de parte da taxa prêmio para aquisição de seguro rural é necessária devido ao alto custo dessa modalidade causada por fatores característicos, dentre eles a ocorrência de perda simultânea em muitas propriedades quando da quebra de safra em alguma região (eventos correlatos). Isso não ocorre no mercado de seguro em geral, sendo, portanto, uma falha de mercado, ou seja, porque o seguro é caro o produtor não contrata, assim não há massificação e a seguradora não pode baixar a taxa.

Por essa razão, nos poucos sistemas de seguro rural de larga escala existentes no mundo, o setor público tem papel vital na existência de um programa consistente de longo prazo. Ou seja, países onde o seguro rural teve êxito contam com uma forte presença do Estado subvencionando a taxa prêmio.

Nessa trajetória de 10 anos do programa brasileiro muitas conquistas foram alcançadas: aumento de cinco para 10 seguradoras, criação de uma rede de corretores e peritos especializados e a marca, ainda estimada para 2014, de R\$ 20 bilhões em importância segurada para uma área de 12 milhões de hectares com

cobertura de seguro rural.

Isso representa apenas 17% da área agrícola, que somado aos outros mecanismos de mitigação de riscos, como o Proagro, revelam que 70% da área agrícola do país está à mercê das intempéries climáticas sem nenhuma proteção. Imaginem uma catástrofe climática atingindo esse contingente de produtores: seria inevitável o governo federal ter que socorrê-los com altos custos aos cofres da União, infinitamente superiores aos gastos necessários para a subvenção.

Apesar da importância do programa, desde 2010 há constantes contingenciamentos de recursos dos ministérios, especialmente na Agricultura, que impedem o desenvolvimento do seguro rural. E todo ano a história se repete: orçamento que não atende a demanda, corte de recursos, mudanças de regras inoportunas, pagamentos atrasados pelo lado do governo, gerando insegurança em quem depende do seguro.

Não há dúvidas de que o maior beneficiário do programa é a sociedade ao ver bem empregados os recursos da União num mecanismo de mitigação de riscos climáticos e de preços, em vez das indesejáveis renegociações de dívidas rurais. Somente nos últimos dois anos foram pagos R\$ 1,2 bilhão em sinistros aos produtores. Esses fatos por si só já justificariam a criação de um plano de longo prazo prevendo a ampliação desse programa para atingir os 70 milhões de hectares de área agrícola do país.

Para isso acontecer, cabe ao go-

verno federal dar previsibilidade e estabilidade ao programa de seguro rural, por meio do estabelecimento de política de longo prazo com a garantia de aplicação dos recursos estimados em Plano Plurianual e de um cronograma de liberação de recursos considerando o calendário agrícola. Às companhias seguradoras cabe a tarefa de melhorar as coberturas dos seguros rurais ofertados para as diferentes regiões do país.

Não é por menos que os Estados Unidos centralizou todos os esforços e recursos da política agrícola no sistema de seguro rural, permitindo que 95% dos produtores acessem esse mecanismo de mitigação de riscos.

Essa ação evitou uma verdadeira catástrofe em dois anos seguidos de seca, 2012 e 2013, que dizimou milhares de lavouras de milho e soja. Depois da estiagem que levou dos norte-americanos um quarto de sua produção de grãos, a economia não se abalou porque o seguro cobriu os prejuízos resguardando a capacidade de investimento do agronegócio. E isso ocorreu num país com problemas climáticos menores do que os enfrentados pela agricultura brasileira.

O que falta para o governo federal se convencer de que prevenir é melhor do que remediar?

** Pedro Loyola, economista e coordenador do Departamento Técnico e Econômico - DTE da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP)*

Seguro Rural: Fala o produtor

Por Katia Santos



Os números totais de 2014 sobre seguro rural no país ainda não foram finalizados pelo governo federal. Sabe-se apenas que foram investidos R\$ 700 milhões em subvenção. Em 2013, foram feitas 101.850 apólices com uma área segurada de 9,6 milhões de hectares. Esse total equivale a 13,8% da área agrícola do país, o que possibilitou uma cobertura de R\$ 16,8 milhões.

A FAEP buscou relatos de produtores de diversos Estados do país, que já tiveram perdas em suas lavouras causadas por adversidades climáticas. Eles avaliaram a oferta de seguro rural no Brasil e dão sua opinião sobre o que precisaria ser mudado em termos de política pública para que essa ferramenta fosse mais utilizada no país.

Ao não optar pelo seguro rural, o produtor fica a mercê de um fator totalmente incontrolável - o clima. As modalidades de seguro rural disponíveis no mercado cobrem essencialmente o valor financiado pelo banco. Existem tipos específicos de seguros disponíveis no mercado: um deles considera as perdas na produção com coberturas multirrisco (seca, geada, vento forte, etc.) ou riscos nominados como, por exemplo, geada e ainda o seguro de faturamento que considera perdas de produção e preço.

As seguradoras oferecem proteção considerando a produtividade prevista variando de região para região, de município para município. Sobre essa produção esperada, os produtores podem escolher um nível de cobertura dentre os oferecidos pela seguradora, que normalmente varia de 50% a 80%.

“Essa variação ocorre, pois na hora de calcular o prêmio, a seguradora leva em consideração o histórico da região em relação ao clima, solo e a produtividade do produtor”, explica o superintendente de Seguros Rurais do Grupo BB/Mapfre, Luiz Antônio Digiovani.

O especialista dá um exemplo: quando o produtor não faz seguro de uma determinada área e ocorre a perda da lavoura por causa de granizo, ele perde todo o valor investido. Além de não colher e conseqüentemente não ter o que comercializar terá que arcar com os custos de plantio e quando faz um financiamento ainda terá que pagar a dívida junto ao banco.

“Quando isso acontece, o produtor terá que buscar o refinanciamento ou prorrogação da sua dívida. Essas alternativas não são boas para ninguém: nem para o governo, nem para os bancos e muito menos para o produtor rural, que fica limitado em sua capacidade de investir na nova safra”, comenta.

Paraná



Um exemplo, da importância do seguro rural para a retomada do investimento vem de Palotina, Walquíria Zago produtora de grãos afirma que sempre plantou com seguro rural. Em 2014, no início do plantio da soja em outubro, quando as plantas atingiram 15 centímetros, a propriedade foi atingida por uma chuva de granizo que destruiu os 363 hectares da propriedade. O granizo atingiu uma faixa específica do município de cerca de 2,5 mil hectares.

“Após o sinistro eu acionei o seguro, que levou cerca de 10 dias para fazer a vistoria. No dia combinado com o vistoriador coloquei as máquinas ao lado da lavoura. Assim que ele finalizou o relatório e liberou a área, reiniciei o replantio da soja”, afirma.

Outro exemplo paranaense é o do produtor Armando Antônio Corbari, 57 anos, de São Miguel do Iguaçu, região Oeste do Estado. Ele planta soja e milho em 310 hectares. Como sempre financia o plantio, Colari faz seguro. Na safra 2014/15 teve problemas com seca na lavoura o que causou uma perda de produtividade. Da estimativa de 87 sacas por hectare colheu apenas 40. “O seguro é uma das prioridades, mas deveria ser mais abrangente, pois a gente tem que ter um retorno do que investe na terra, aquilo que foi aplicado no solo. Os insumos são caros e a gente não pode ficar com esse prejuízo, afinal o que causa a perda é o clima que ninguém controla”.

Corbari acredita que o governo deveria dar mais garantia a quem planta alimentos no Brasil. “Por isso muitos pequenos agricultores estão deixando o campo. A cada dois ou três anos se perde uma safra e a maioria não tem como arcar com esse prejuízo. O produtor precisa ser mais valorizado pelo governo e pela sociedade, precisamos ter reconhecimento com uma política para a agricultura mais eficiente”, afirma.

Dados técnicos

Nome do segurado - Armando Antônio Corbari
Cultura - soja safra 2014/2015
Município - São Miguel do Iguaçu (PR)
Área segurada - 315,00 ha
Produtividade esperada – 3.083 kg/ha
Produtividade segurada: 2.158 sacas/ha
Nível de cobertura escolhido - 70%
Evento climático - seca durante o desenvolvimento da cultura
Produtividade Obtida – 1.217,24 kg/ha
% de perda - 43,60%

Piauí



O produtor José Adir Pivetta, 48 anos, tem propriedade no Paraná e no Piauí, onde nos últimos anos teve problemas com a seca na área de 172 hectares no Piauí. Ele conta que o custo com seguro rural, comparando os dois Estados é mais caro no Piauí. “Esse valor varia também por conta da subvenção do governo. Lá no Piauí o custo final do seguro é maior do que no Paraná. A seguradora leva em conta a produtividade média da região”, diz.

Pivetta aponta que o maior problema do seguro é que ele não garante a renda do produtor. “É uma ferramenta que não é maravilhosa, mas ajuda a amenizar as perdas do produtor. Se você tem uma perda o seu trabalho de investir na terra não é reconhecido. A gente almeja que o seguro garanta renda, senão vamos viver do que?”, diz.

O produtor lembra que esse ano o governo federal demorou em pagar sua parte na subvenção para as seguradoras, e em alguns casos não pagou o do milho safrinha. “Esse risco de perder a subvenção é uma grande preocupação. A agricultura vai ficar mais difícil. Eu repito, o seguro é uma ferramenta boa, mas poderia ser melhorada, temos que aprimorá-la”, finaliza.

Bahia



O produtor Luiz Carlos Ryzik, 50 anos, tem propriedades no Paraná e na Bahia. Ele conta que nos últimos anos a lavoura da Bahia tem sofrido muito com a seca. “Sempre fiz seguro rural e com o aumento do custo de produção nos últimos anos procuro sempre a cobertura máxima”, conta.

A indenização não cobriu todos os custos como o combustível, mão de obra, prestação da máquina e frete para puxar a produção da lavoura. Mas o valor recebido ajudou a pagar grande parte do financiamento. “Se eu não tivesse feito o seguro teria quebrado”, revela.

As críticas de Ryzik em relação à política pública para seguro rural no Brasil são relativas às constantes mudanças de rumo. “Quando a gente faz um financiamento para comprar uma máquina agrícola ou construir um silo, eles são de longo prazo de 8 a 10 anos. Você faz contando que as regras vão continuar. Mas o governo muda as condições de financiamento, de seguro, de juros a cada safra. Tanto produtores como o próprio governo não tem como controlar o fator que mais causa perdas na lavoura - o clima. Então a gente deveria ter um conjunto de normas ou leis que garantisse condições mínimas de plantio. Fica difícil produzir assim na incerteza”, desabafa.

Ryzik afirma que quando acontece um sinistro na lavoura o produtor se vê obrigado a vender uma máquina ou uma parte da terra para poder honrar com os compromissos financeiros. “Dá muito desequilíbrio, complica demais a produção. A gente se vê obrigado a tomar uma decisão para resolver um problema que não temos poder de decisão direto sobre ele. Os técnicos do governo tinham que criar um mecanismo que garantisse uma forma de comercialização que assegurasse uma renda mínima ao produtor”, finaliza.

Dados técnicos

Município: Formosa do Rio Preto - Bahia

Cultura – soja safra 2014/2015

Área segurada – 800 ha

Produtividade prevista = 3.300 kg/ha ou 55 sc/ha

Nível de cobertura contratado = 70%

Produtividade segurada = 2.310 kg/ha ou 38,5 sc/ha

Produtividade obtida – 600 kg/ha 10 sc/ha

Perda: 75%

Rio Grande do Sul



No município de Itaquí-RS, o produtor rural Orlando Gomes, 58 anos, planta arroz irrigado em consórcio com familiares. Tradicionalmente essa é uma cultura com baixo índice de risco climático, o que facilita a vida do produtor em relação ao custo do seguro, mas ele não abre mão do seguro rural.

Na safra 2014/15 o excesso de chuva atingiu 30% (180 hectares) da área total cultivada (600 hectares). “O seguro cobriu o valor do financiamento, mas os custos com o preparo do solo, insumos, e o controle de pragas e doenças, não. Com o aumento das chuvas o controle de doenças ficou mais caro. A cada ano os custos com a produção aumentam em decorrência de algum fator; ou o preço do fertilizante, ou do dólar, etc, enfim, fica mais caro plantar. Por isso o seguro é uma ferramenta fundamental para amenizar os prejuízos causados pelas adversidades do clima”, diz.

Gomes acredita que o seguro é um mecanismo que o produtor tem para diminuir seus prejuízos, não eliminar. “Temos dois ou três anos com boas safras e colheita, mas logo em seguida vem um acidente climático e temos que correr atrás das perdas. Por isso não me vejo plantando sem seguro. Gostaria que o seguro rural no Brasil fosse mais amplo e pudesse incluir mais itens na apólice. Inclusive as

faixas de cobertura, porque só 65% ou 70% da produtividade, porque não 100% de cobertura?”, questiona.

Ele compara o seguro rural ao seguro de um automóvel. “Quando você faz o seguro de um carro é do veículo todo, você não exclui os pneus ou o motor. É 100% não é, com o seguro rural deveria ser assim também. Essa legislação precisa ser revista, atualizada”, finaliza.

Dados técnicos

Cultura – arroz irrigado – safra 2014/2015

Município - Itaqui

Área total de 240 hectares.

Produtividade por hectare esperada de 7.097 quilos

Nível de cobertura – 65%

Produtividade segurada = 4.613 kg/ha

Produtividade alcançada de 664 quilos/hectare

Perda = 85%

Mato Grosso



O produtor rural, Guilherme Afonso Cesca, 30 anos tem propriedade no Mato Grosso. “Confesso que fiz o seguro rural porque financiei a lavoura e o banco só empresta com seguro. Optei pelo seguro mais barato, com cobertura de 50% da produtividade prevista. No meu caso faltou informação técnica na hora da contratação. Se eu tivesse esses dados teria feito o seguro que me dava cobertura de 70% do financiamento. Perdi, mas não totalmente”, conta.

A lavoura sofreu com a seca e o produtor reconhece que o seguro literalmente ‘salvou a lavoura’. A produtividade estimada da área de soja de Cesca era de 3.610 quilos por hectare, com a seca conseguiu colher 360 quilos/ha. “O valor recebido não cobriu todos os custos, mas ajudou bastante. Foi uma lição, agora sei que o seguro não é um gasto, e sim um investimento que a gente tem que fazer, mas espera que não tenha que usar”, completa.

Ele espera que o governo reveja sua postura em relação ao seguro rural e crie um modelo em que o produtor tenha condições de assegurar todos os custos com a lavoura.

Dados técnicos

Município - Paranatinga (MT)

Cultura – soja

Área segurada - 298,00

Produtividade esperada - 3.610,00 quilos/ha ou 60 sc/ha

Nível de cobertura escolhido - 50%

(máximo ofertado para o município = 70%)

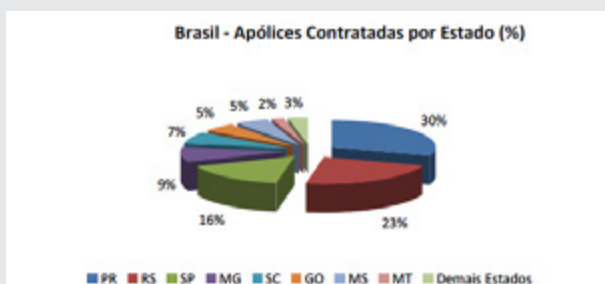
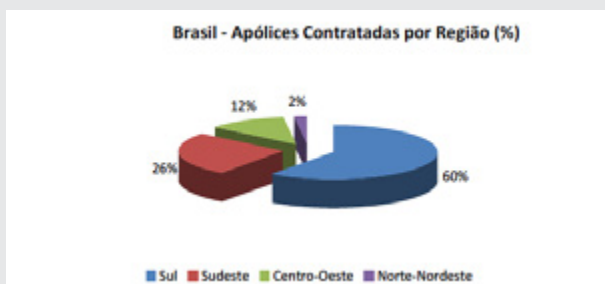
Produtividade Segurada - 1.805,00 quilos/ha

Evento climático - seca

Produtividade Obtida - 363,17 6 sc p/ha

% de perda - 80%

Confira a evolução do volume contratado no país nos últimos 10 anos, a região que mais investe em seguro e o volume de apólices feitas por Estado em 2013:



Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA

Conselho dos produtores de cana-de-açúcar, açúcar e álcool do Estado do Paraná - CONSECANA-PARANÁ

RESOLUÇÃO Nº 03 - SAFRA 2015/2016

Os Conselheiros do Consecana-Paraná reunidos no dia 28 de maio de 2015 na sede da Alcopar, na cidade de Maringá, atendendo os dispositivos disciplinados no Capítulo II do Título II do seu Regulamento, aprovam e divulgam o preço do ATR realizado em maio de 2014/5 e a projeção atualizada do preço da tonelada de cana-de-açúcar básica para a safra de 2015/2016, que passam a vigorar a partir de 01 de junho de 2015. Os preços médios do Kg do ATR, por produto, obtidos no mês de maio de 2015 conforme levantamento efetuado pelo Departamento de Economia Rural e Extensão da Universidade Federal do Paraná, são apresentados a seguir:

PREÇO DO ATR REALIZADO EM MAIO 2015 | SAFRA 2015/2016 - PREÇOS EM REAIS À VISTA

PREÇO DOS PRODUTOS - PVU - SEM IMPOSTOS

Produtos	Mês		Acumulado	
	Mix	Preço	Mix	Preço
AMI	0,00%	-	0,33%	46,97
AME	29,03%	46,33	23,33%	44,93
EAC - ME	2,92%	1.599,60	1,71%	1.599,60
EAC - MI	25,41%	1.383,36	26,94%	1.396,90
EA-of	0,03%	1.480,40	0,05%	1.492,16
EHC - ME	0,59%	1.427,38	0,35%	1.427,38
EHC - MI	41,73%	1.253,60	46,95%	1.263,70
EH-of	0,28%	1.308,77	0,34%	1.313,34
Obs: 1) EAC - ME+MI+of	28,36%	1.405,72	28,70%	1.409,16
EHC - ME+MI+of	42,61%	1.256,39	47,64%	1.265,25

PREÇO LÍQUIDO DO ATR POR PRODUTO

Produtos	Mês		Acumulado	
	Mix	Preço	Mix	Preço
AMI	0,00%	-	0,33%	0,5326
AME	29,03%	0,5274	23,33%	0,5115
EAC - ME	2,92%	0,5628	1,71%	0,5628
EAC - MI	25,41%	0,4867	26,94%	0,4915
EA-of	0,03%	0,5208	0,05%	0,5250
EHC - ME	0,59%	0,5241	0,35%	0,5241
EHC - MI	41,73%	0,4603	46,95%	0,4640
EH-of	0,28%	0,4805	0,34%	0,4822
Média		0,4899		0,4847
Obs: 1) EAC - ME+MI+of	28,36%	0,4946	28,70%	0,4958
EHC - ME+MI+of	42,61%	0,4613	47,64%	0,4646

PROJEÇÃO DE PREÇO DA CANA-DE-AÇÚCAR - MÉDIA DO ESTADO DO PARANÁ SAFRA 2015/2016 - PREÇOS EM REAIS A VISTA

PREÇO DOS PRODUTOS - PVU - SEM IMPOSTOS

Produtos	MIX	Média
AMI	0,04%	46,97
AME	51,18%	45,35
EAC - ME	0,19%	1.599,60
EAC - MI	18,01%	1.376,27
EA-of	0,01%	1.492,16
EHC - ME	0,40%	1.276,37
EHC - MI	30,15%	1.206,76
EH-of	0,04%	1.313,34

PREÇO LÍQUIDO DO ATR POR PRODUTO

Produtos	MIX	Média
AMI	0,04%	0,5326
AME	51,18%	0,5163
EAC - ME	0,19%	0,5628
EAC - MI	18,01%	0,4842
EA-of	0,01%	0,5250
EHC - ME	0,40%	0,4686
EHC - MI	30,15%	0,4431
EH-of	0,04%	0,4822
Média		0,4883

PROJEÇÃO DO PREÇO DA CANA BÁSICA R\$/TON 121,9676 Kg ATR

	CAMPO	ESTEIRA
PREÇO BÁSICO	53,32	59,56
PIS/COFINS	-	-
TOTAL	53,32	59,56

Maringá, 28 de maio de 2015.

PAULO ROBERTO MISQUEVIS | Presidente

ANA THEREZA DA COSTA RIBEIRO | Vice-Presidente



Periquito - Na edição passada (1303), na seção “Leitor em Foco”, colocamos que essa foto feita em Morretes pelo Meruivy Giacomassi Cavet era de um “periquito”. Ledo engano, como constatou o professor José Carlos Gabardo, do SENAR-PR. Trata-se na verdade de um exemplar da Saíra-sete-cores, nome popular de uma ave da Tangara Seledon. Com cerca de 13 cm. de comprimento, alimenta-se de mamão, goiababa, caju, ameixa, etc. Ocorre nas florestas litorâneas, da Bahia ao Rio Grande do Sul.

Colheita - A Ana Maria Teixeira Joaquim Paula Xavier, de Ponta Grossa (PR) enviou esta bela foto tirada na Fazenda Laranjeiras, em Tibagi (PR), durante a colheita da soja.

Informe

FUNDEPEC-PR

SÍNTESE DO DEMONSTRATIVO FINANCEIRO FINDO 31/05/2015



HISTÓRICO/CONTAS

HISTÓRICO/CONTAS	RECEITAS EM R\$				DESPESAS EM R\$			SALDO R\$
	REPASSE SEAB		RESTITUIÇÃO DE INDENIZAÇÕES	RENDIMENTOS	TRANSFERÊNCIAS	INDENIZAÇÕES	FINANCEIRAS /BANCÁRIAS	
	1-13	14						
Taxa Cadastro e Serviços D.S.A	403.544,18	-		138.681,09	**542.225,27	-	-	-
Setor Bovídeos	8.444.549,48	278,44		27.848.206,75		2.341.952,64	-	34.487.592,45
Setor Suínos	10.323.319,02	2.210.606,80		2.914.172,59		181.518,99	-	15.266.579,42
Setor Aves de Corte	1.481.958,15	2.342.576,48		2.850.724,48		-	-	6.675.259,11
Setor de Equídeos	53.585,00	23.737,78		115.104,11		-	-	192.426,89
Setor Ovinos e Caprinos	123,76			11.370,54		-	-	17.209,15
Setor Aves de Postura	37.102,41	46.905,50		143.384,92		-	-	227.392,83
Pgto. Indenização Sacrifício Animais *	-	-		-		*141.031,00	-	(141.031,00)
CPMF e Taxas Bancárias	-	-		-		-	77.567,43	(77.567,43)
Rest. Indenização Sacrifício Animais *	-	-	*141.031,00	-		-	-	141.031,00
TOTAL	20.744.182,00	4.624.105,00	141.031,00	34.021.644,48	**542.225,27	2.664.502,63	77.567,43	56.788.892,42
SALDO LÍQUIDO TOTAL								56.788.892,42

NOTAS EXPLICATIVAS

1) Repasses efetuados pela SEAB/DEFIS de acordo com o convênio: 1º - 14/12/2000 >> R\$ 500.000,00 | 2º - 23/07/2001 >> R\$ 2.000.000,00 | 3º - 04/09/2001 >> R\$ 380.000,00 | 4º - 28/12/2001 >> R\$ 2.120.000,00 | 5º - 21/05/2002 >> R\$ 710.000,00 | 6º - 26/07/2002 >> R\$ 2.000.000,00 | 7º - 16/12/2002 >> R\$ 2.167.000,00 | 8º - 30/12/2002 >> R\$ 204.000,00 | 9º - 08/08/2003 >> R\$ 600.000,00 | 10º - 08/01/2004 >> R\$ 400.000,00 | 11º - 30/12/2004 >> R\$ 1.300.000,00 | 12º - 01/12/2005 >> R\$ 1.600.000,00 | 13º - 17/12/2012 >> R\$ 6.763.182,00 | 14º - 06/08/2013 >> R\$ 4.624.105,00

2) Valores indenizados a produtores e restituídos pelo MAPA. (*)

3) Setor de Bovídeos (**)

a) Valor total da conta Taxa de Cadastro e Serviço (repasso mais rendimentos financeiros) da DSA referente ao setor de Bovídeos = R\$542.225,27

b) Valor total retido pela SEAB/DEFIS, referente ao total da conta taxa de cadastro e serviços da DSA do setor de Bovídeos = R\$ 542.225,27

4) Conforme Ofício nº 315/2004-Defis, valor transferido da subconta do Setor de Bovídeos e creditado para subconta do Setor de Ovinos e Caprinos, R\$ 5.714,85.

Ágide Meneguette
Presidente do Conselho Deliberativo

Ronei Volpi
Diretor Executivo

Simone Maria Schmidt
Contadora | CO-CRC/PR-045388/0-9

FUNDEPEC - PR - entidade de utilidade pública - Lei Estadual nº 13.219 de 05/07/2001.

ABATIÁ



Doma racional

O Sindicato Rural de Abatiá realizou de 04 a 15 de maio o curso Trabalhador na Doma Racional de Equídeos. Participaram oito produtores e trabalhadores rurais com o instrutor Eder Ribeiro da Rosa.

MANDAGUAÇU



Mandioca

O Sindicato Rural de Mandaguçu realizou, em sua extensão de base no município de Ourizona, nos dias 06 e 07 de maio, o curso Produção Artesanal de Alimentos - beneficiamento e transformação caseira de mandioca - básico, em parceria com a Prefeitura. As aulas aconteceram no Centro Comunitário com a participação 10 produtoras rurais com o instrutor Frederico Leonneo Mahnic.

GRANDES RIOS



Manejo e ordenha

O Sindicato Rural de Grandes Rios realizou de 07 a 15 de maio o curso Trabalhador na Bovinocultura de Leite - manejo e ordenha, no município de Rosário do Ivaí. Participaram 12 produtores rurais com o instrutor Urias José Corrêa Neto.

JURANDA



Colhedoras

O Sindicato Rural de Juranda realizou nos dias 11 e 12 de maio o curso Trabalhador na Operação e Manutenção de Colhedoras Automotrizes - New Holland – básico. Participaram 10 trabalhadores rurais com o instrutor Mauro Cesar Volponi dos Santos.

PALOTINA



Tratorista

O Sindicato Rural de Palotina, em parceria com a Equagril Equipamentos Agrícolas Ltda realizou nos dias 14 e 15 de maio, o curso Trabalhador na Operação e Manutenção de Tratores Agrícolas – Básico. Participaram 12 produtores e trabalhadores rurais com o instrutor Osmar Alves.

STA IZABEL DO OESTE



Segurança no trabalho

Entre os dias 23 a 25 de abril o Sindicato Rural de Realeza ofereceu o curso Trabalhador na Segurança no Trabalho - CIPATR - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho Rural, realizado com a parceria de Bocchi Agronegócios em sua extensão de base no município de Santa Izabel do Oeste. O instrutor da turma foi Vitor Camozzato.

RIBEIRÃO DO PINHAL



Plantas Medicinais

O Sindicato Rural de Ribeirão do Pinhal promoveu o curso Trabalhador no Cultivo de Plantas Medicinais, aromáticas e condimentares. Participaram 12 produtoras rurais com a instrutora Janete Maria de Oliveira Armstrong.

TIBAGI



Primeiros socorros

O Sindicato Rural de Tibagi em parceria com a Fazenda Diamantina, realizou nos dias 11 e 12 de maio o curso de Trabalhador na Segurança do Trabalho-Primeiros Socorros. Participaram 15 produtores e trabalhadores rurais com o instrutor Fernando Jodas Gonçalves.

CIANORTE



Homenagem as Mães

O Sindicato Rural de Cianorte promoveu no dia 09 de maio um café especial em homenagem ao Dia das Mães. O evento contou com a presença de mais de 40 mães, esposas dos colaboradores, de associados e de amigos do sindicato. Participaram como parceiros para realização do evento: Totibana Flores, Art Criações e Viveiro “Amantes da Natureza”.

PARAÍSO DO NORTE



Casqueamento

O Sindicato Rural de Paraíso do Norte realizou nos dias 12 e 13 de maio, o curso Trabalhador na Bovinocultura de Leite – casqueamento de bovinos de leite. Participaram 10 produtores rurais com o instrutor Thiago Bardi.

CIDADE GAÚCHA



Palestra

O Sindicato Rural de Cidade Gaúcha realizou no dia 15 de maio uma palestra com médico-veterinário, Angelo Favaro Júnior, com o tema: Avaliação e conceito sobre Pecuária de Corte, denominada: Da Porteira Para Dentro. Após a palestra, os 64 produtores rurais foram recepcionados com um coquetel na sede do sindicato.

TIBAGI



Mandioca

O Sindicato Rural de Tibagi em parceria com a Fazenda Capivari, realizou nos dias 18 e 19 de maio o curso de Produção Artesanal de Alimentos - beneficiamento e transformação caseira de mandioca. Participaram 15 produtoras e trabalhadoras rurais com a instrutora Marli Ivete Bonatto.

IBIPORÃ



Gestão de pessoas

O Sindicato Rural de Ibioporã realizou nos dias 05 e 06 de maio, o curso de Gestão de Pessoas - Comunicação e técnica de apresentação. Participaram 16 pessoas com a instrutora Carmen Mercedes Zuan Benedett.

MATELÂNDIA



Classificação de grãos

O Sindicato Rural de Matelândia realizou o curso de Trabalhador na Classificação de Produtos de Origem Vegetal - Classificação de milho, soja e trigo. Participaram 12 produtores e trabalhadores rurais com a instrutora Ivonete Teixeira Rasêra.

REALEZA



Posse

Com a presença do diretor-financeiro da FAEP, João Luiz Rodrigues Biscaia, foi empossada no dia 25 de abril a diretoria eleita do Sindicato Rural de Realeza. Foram eleitos: Antônio Binotto como presidente; Osvaldo Wagner da Rocha e João Luiz Munaro como vices-presidentes; Lourenço Battistella como secretário e Almir Rigo como tesoureiro.

CIANORTE



JAA - Gestão

O Sindicato Rural de Cianorte organizou em parceria com a Secretaria da Educação e o Colégio Estadual Caio Mario Moreira, mais uma turma com 17 adolescentes do Programa Jovem Agricultor Aprendiz (JAA) – Preparando para Gestão. As aulas começaram em 05 de maio com a instrutora Heloisa Cristina Torqueti Gavioli.

Uma simples foto



Se você tiver uma foto curiosa, expressiva, mande para publicação pelo email: imprensa@faep.com.br com seu nome e endereço.



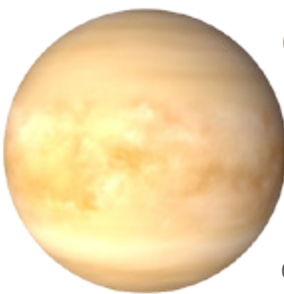
O mais caro

O livro mais caro do mundo chama-se “The Birds of America” (Os Pássaros da América), uma coletânea de ilustrações de pássaros feitas por John James Audubon (1785 – 1851), um naturalista do século XIX. Ele foi arrematado num leilão por 11,5 milhões de dólares. Os livros mais vendidos de todos os tempos são, por ordem: Bíblia, O Peregrino (autor: John Bunyan), O Livro Vermelho (de Mao Tsé-Tung), Alcorão e Dom Quixote (de Miguel de Cervantes).



Anã e Gigante

A menor flor do mundo é a *Galinsoga parviflora* – uma espécie de erva daninha –, com 1 milímetro de comprimento e 0,3 milímetros de largura. Já a mais conhecida flor gigante é a *Titan arum* (foto). Um único exemplar pode medir até 3 metros de altura. Popularmente chamada de flor-cadáver, a Titan desabrocha a cada seis ou nove anos. O apelido se justifica: ela possui um cheiro insuportável.



O mais brilhante

Vênus recebeu esse nome em referência a deusa grega do amor e da beleza, cuja equivalente romana era Afrodite. Popularmente chamado de Estrela D’Alva, Vênus é o terceiro objeto mais brilhante no céu depois do Sol e da Lua. Isso porque ele reflete 2/3 da luz que recebe do Sol. O céu de Vênus é cor amarelo-laranja e a Terra poderá entrar em rota de colisão com Marte, Mercúrio ou Vênus. Não es quente, só daqui a 1 bilhão de anos.

Vulcões

Estima-se que existam mais de 500 vulcões ativos no mundo. O maior deles é o Mauna Loa, no Haváí, com mais de 12 mil metros de altura.

Aqui por perto, em fins de abril, o vulcão Calbuco, no Sul do Chile, entrou em atividade com uma nova erupção, uma semana após surpreender a região duas outras potentes erupções. Lançou 210 milhões de metros cúbicos de cinzas.

Cada metro cúbico significa cerca de uma tonelada de material vulcânico.

No nosso território não existem vulcões, mas, curiosamente, Poços de Caldas, em Minas Gerais, está localizada sobre a cratera de um vulcão extinto.

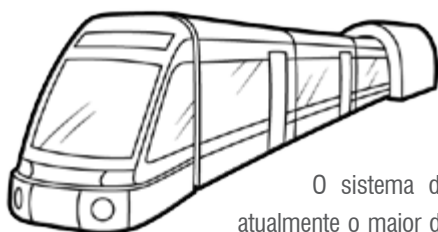




As besteiras dos gringos

Você deve estar cansado de ouvir “mas lá nos Estados Unidos”. Ocorre que eles não são assim tão perfeitos. Por exemplo:

- No Estado do Alabama é proibido as pessoas transportarem um sorvete no bolso de trás da calça. Também pune com pena de morte quem colocar sal nas linhas ferroviárias.
- Em Devon é proibido andar para trás à noite.
- No Estado do Oregon, é proibido assobiar... debaixo d'água. E assobiar chupando cana, pode?
- Em Atlanta, Geórgia, é proibido amarrar girafas em postes de luz.



Metrô chinês

O sistema de metrô de Xangai é atualmente o maior do mundo com 434 km de rota combinada operacional, 278 estações em funcionamento, distribuídas em 11 linhas de metrô. O maior no Brasil é o de São Paulo com 78 quilômetros.

Rápidas

Uma cenoura tem mais de 200% da dose diária recomendada de Vitamina A. Além, disso as cenouras têm 0% de gordura.

Na América, somente o Haiti, o Canadá (região de Quebec) e a Guiana Francesa, tem o francês como língua oficial.



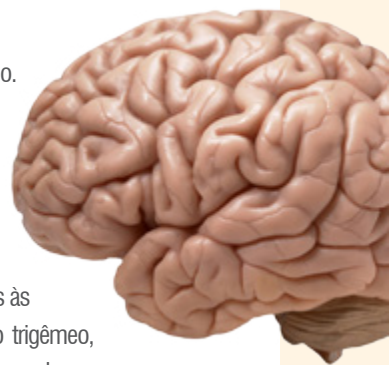
Data Vênia

Para valorizar o passe (honorários) usam termos como “data vênica”, que é uma

expressão respeitosa com que se principia uma argumentação ou opinião, divergente de outro. Mas que poderia simplesmente ser, data vênica: “com o devido respeito”. Já “Est modus in rebus” significa que em tudo deve haver um meio termo, pois há um limite entre todas as coisas. Numa tradução vulgar “nem oito nem oitenta”.

O Espirro

Esta reação chama-se reflexo cruzado. Qualquer luz forte pode provocá-la. No cérebro, existem 12 pares de nervos que levam mensagens motoras e sensoriais para o sistema nervoso. As mensagens do nervo que cuida da visão passam por vias muito próximas às enviadas pelo nervo do olfato e pelo trigêmeo, que comanda a concentração dos nervos da mucosa nasal. O espirro, então, é inevitável.



Preciosidades de vestibulandos

- O açúcar no Brasil é produzido pela cana e não pela beterraba porque esta é vermelha e o Brasil é contra o comunismo.
- Quando Cabral veio ao Brasil, trouxe o escravidão. Pero Vasca Minha, que fundou o primeiro cartório da colônia.
- Oceano é onde nasce o Sol; onde ele nasce é nascente e onde desce é decente.
- Microscópio é um aparelho tão pequeno que não dá nem para a gente ver a olho nu.
- A abelha é um inseto da família dos helicópteros.

VIVA O TEU DIA

Raiou o dia, começa tudo de novo. A matemática não entra na cachola do filho; a filha não larga do smartphone; a mulher não aguenta mais ver o noticiário da TV, porque é só corrupção e violência. E você tem pela frente que peitar o gerente do banco; conferir se o preço do adubo aumentou junto com o das sementes, e pedir a São Pedro um inverno sem seca ou geadas?

Tuas preocupações acabaram.

Rhett Power, um consultor de negócios americano, concluiu o que a gente sabe: acordar nem sempre é fácil e pior ainda é aguentar um dia cheio de afazeres. No entanto, é possível reduzir a sensação de sono e se manter ativo, produtivo até a hora de dormir.

Ele listou uma série de hábitos que são comuns no dia a dia de vários empreendedores de sucesso no site da revista "Inc."

1 - Mexa-se

Quem pratica alguma atividade física não mantém só o corpo saudável. Na verdade, ajuda a mente também. O exercício libera cargas de endorfina, substância que diminui a sensação de sono, traz uma sensação de bem-estar e reduz o estresse, na nossa corrente sanguínea. Ao correr, malhar ou praticar um esporte logo cedo, você deixa seu corpo desperto e preparado para o resto do dia.

2. Planejamento

Começar o dia já sabendo o que vai fazer, ou pelo menos uma parte das tarefas, diminui a possibilidade de você esquecer algo. Power diz que uma simples lista de tarefas pode ser bastante útil para você.

3. O mais difícil primeiro

Por mais que a atividade física ajude a manter o corpo desperto por mais tempo, o fato é que você estará mais ligado de manhã. Por isso, use o começo do seu dia para fazer a tarefa mais complicada. Ao terminá-la, você ainda terá uma motivação extra. Afinal, a parte difícil do seu dia já passou.

4. Motivação

Power relembra um dos hábitos de Steve Jobs. Todo dia, antes de acordar, o falecido fundador da Apple se perguntava: "se hoje fosse o último dia da minha vida, que meta eu perseguiria?" Este pequeno exercício fazia o empreendedor tirar o máximo proveito do seu dia. O especialista não afirma que você tenha que fazer exatamente como Jobs, mas que é importante dar sempre o melhor de si, todos os dias.



Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___
Em ___/___/___

Responsável _____

SISTEMA FAEP



SISTEMA FAEP/SENAR-PR

FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124 | www.sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br
SENAR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779 | www.sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

A versão digital deste informativo
está disponível no site:

sistemafaep.org.br